

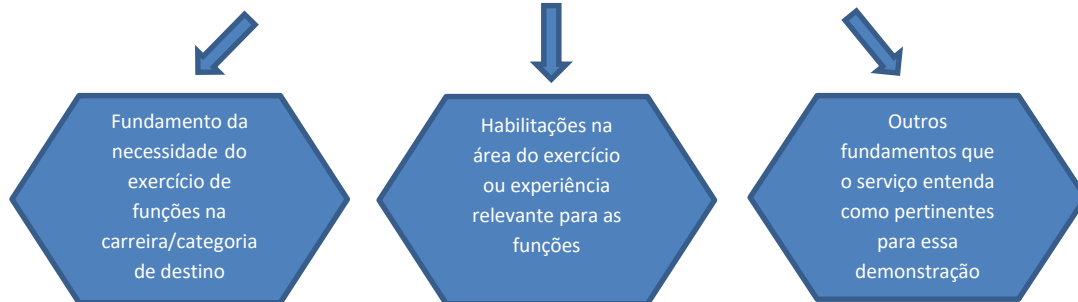
## Autorização dos Membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública

→ **ARTIGO 152.º n.º 1 da DLEO<sup>1</sup>**: A Constituição de mobilidades intercarreiras/intercategorias que impliquem **valorizações remuneratórias** ficam sujeitas a autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública.

A constituição de uma situação de mobilidade pressupõe sempre a verificação de:

**Conveniência para o interesse público**

Demonstração pelo serviço de destino da **economia, eficiência e eficácia** (artigo 92.º n.º 1 LTFP)



O serviço de destino deverá iniciar o procedimento para constituição da mobilidade devendo constar a demonstração/evidência dos seguintes elementos:

Trabalhador	Órgão/serviço de origem	Órgão/serviço de destino
<ul style="list-style-type: none"><li>•Concordância escrita</li><li>•Carreira/categoria/funções na origem e a exercer no destino</li><li>•Remuneração base mensal na origem e no destino</li><li>•Natureza do vínculo de emprego na origem</li><li>•Titularidade da habilitação literária mínima para o exercício de funções na carreira de destino</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>•Concordância escrita (se não dispensada nos termos da lei)</li><li>•Identificação e natureza jurídica do órgão/serviço</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>•Concordância escrita</li><li>•Identificação e natureza jurídica do órgão/serviço</li><li>•Informação de cabimento orçamental</li><li>•Demonstração da verificação de outros requisitos específicos (Quando aplicável)</li></ul>

Remeter o processo instruído ao Membro do Governo responsável pela área para obtenção de **DESPACHO PRÉVIO FAVORÁVEL.**

**AUTORIZAÇÃO** dos Membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública.

<sup>1</sup> Decreto-Lei de Execução Orçamental – Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28/06, publicado na I Série, n.º 122/2019 DRE de 28/06.